

**IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS¹**

***POLITICAL PARTY IDEOLOGY AND FISCAL MANAGEMENT IN BRAZILIAN
MUNICIPALITIES***

Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio

Doutorando em Ciências Contábeis (UFRJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
alannbartoluzzio@hotmail.com

Marcelo Álvaro da Silva Macedo

Doutor em Engenharia de Produção (UFRJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
malvaro.facc.ufrj@gmail.com

Dimas Barrêto de Queiroz

Doutor em Ciências Contábeis (UnB)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
dimasqueiroz@gmail.com

Cláudia Ferreira da Cruz

Doutora em Ciências Contábeis (USP)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
claudiacruz@facc.ufrj.br

Odilanei Moraes dos Santos

Doutor em Ciências Contábeis (USP)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
odilanei@facc.ufrj.br

RESUMO

Objetivo: Analisar em que medida as ideologias partidárias influenciam a condição fiscal dos municípios brasileiros e seus impactos nos resultados eleitorais.

Fundamento: A Teoria dos Ciclos Políticos constituiu a base teórica para a construção da pesquisa. Utilizou-se as premissas dos Ciclos Político-Orçamentários em uma perspectiva alinhada às ideias de Rogoff (1990).

¹ Artigo recebido em: 11/10/2022. Revisado por pares em: 18/01/2023. Reformulado em: 23/02/2023. Recomendado para publicação: 05/03/2023 por Lidiane Nazaré da Silva Dias (Editora Adjunta). Publicado em: 16/08/2023. Organização responsável pelo periódico: UFPB

Método: 425 municípios foram analisados durante dois ciclos políticos completos (2009-2012; 2013-2016) a partir de indicadores da estrutura fiscal e orçamentária dos entes locais. A categorização ideológica foi desenvolvida a partir das pesquisas de Power e Rodrigues-Silveira (2019) e de Bolognesi, Babireski e Maciel (2019) e as estimações foram realizadas a partir de modelos Logit e Tobit com Dados em Pannel.

Resultados: Observamos que as ideologias político-partidárias influenciam de formas distintas a condição fiscal dos municípios, com influências diversas nos resultados eleitorais. Partidos posicionados mais à esquerda do continuum ideológico tendem a apresentar pior gestão fiscal quando comparados àqueles situados mais à direita, como prediz a literatura. Para os partidos de centro, os resultados são mais diversos, indicando que esse grupo se destaca em relação à direita em alguns aspectos, enquanto são menos significativos em outros. Na análise dos resultados eleitorais, sinalizamos que a centro-esquerda é recompensada nas urnas pela melhora fiscal e que os investimentos constituem uma categoria de gasto promissora para a centro-direita.

Contribuições: Esta pesquisa permite que a ação partidária seja compreendida em maior nível de detalhe, contribuindo com as avaliações dos Ciclos Políticos e com as pesquisas que introduzem elementos ideológicos na análise fiscal.

Palavras-chave: Teoria dos Ciclos Políticos. Gestão Fiscal. Partidarismo. Ideologia.

ABSTRACT

Objective: Examine to what extent party ideologies influence the fiscal condition of Brazilian municipalities and their impacts on electoral outcomes.

Fundamentals: Theory of Political Cycles constituted the main theoretical basis for the research. More specifically, the premises of the Political-Budget Cycles were used in a perspective aligned with the ideas of Rogoff (1990).

Methods: 425 municipalities were analyzed over two complete political cycles from comprehensive indicators of the fiscal and budgetary structure of local entities. Ideological categorization was developed from the research of Power and Rodrigues-Silveira (2019) and Bolognesi et al. (2019), and estimations were performed from Logit and Tobit models with Panel Data.

Results: We identify that party political ideologies influence the fiscal condition of municipalities in different ways, with diverse influences on electoral outcomes. Parties further to the left of the ideological continuum tend to have worse fiscal management when compared to those further to the right, as predicted by the literature. For the center parties, the results are more diverse, indicating that this group stands out in relation to the right in some respects, while they are less significant in others. In our analysis of the election results, we signaled that the center-left is rewarded at the polls for fiscal improvement and that investments are a promising spending category for the center-right.

Contributions: This research allows party action to be understood at a greater level of detail, contributing to party evaluations of Political Cycles and to research that introduces ideological elements into fiscal analysis.

Keywords: Political Cycle Theory. Fiscal Management. Partisanship. Ideology.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria dos Ciclos Políticos analisa as decisões dos partidos e eleitores em um ambiente democrático (Downs, 1957, 1999). A partir dos incentivos que delineiam a forma como os governos são conduzidos, os partidos políticos podem explorar aspectos macroeconômicos (Nordhaus, 1975)

ou utilizarem assimetrias de informações (Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990) para gerar benefícios sociais de curto prazo que ampliem o alcance de retornos favoráveis nas urnas.

Como os grupos eleitorais possuem preferências distintas sobre as ações governamentais, a busca pela representação leva as agremiações a alinharem suas decisões às expectativas de grupos que lhes garantam o maior número de votos (Hibbs, 1977, 1992). Esse processo pode ser verificado pelo manejo de variáveis econômicas (Alesina, 1987, 1989; Alesina & Sachs, 1988) e pelo uso discricionário da estrutura fiscal e orçamentária (Alesina, Cohen & Roubini, 1993; Magkonis, Zekente & Logothetis, 2021).

O uso oportunista da estrutura fiscal está associado à alocação sistematizada do gasto público nas categorias de maior visibilidade (Klein & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015) ou por sua expansão estratégica em períodos de evidência política (Gama Neto, 2019), ampliando a ocorrência de déficits orçamentários e a insustentabilidade das finanças públicas.

Nesse debate, a ideologia é utilizada para sinalizar o comportamento esperado pelos partidos na tentativa de representar as expectativas dos eleitores, pois enquanto os grupos de esquerda são mais inclinados à ações expansionistas e redistributivas, os de direita tendem a priorizar iniciativas restritivas visando o equilíbrio fiscal e o ajuste das contas públicas (Alesina et al., 1993; Teller, 2006; Herwartza & Theilenb, 2017).

No Brasil, esse debate fica às margens das discussões. As pesquisas tangenciam questões ideológicas por meio da introdução de variáveis de controle nos modelos econométricos, se utilizando de classificações prévias apresentadas pela literatura em ciência política. Essas categorizações são estáticas e não atualizadas para mais de um ciclo político, o que impossibilita indicar, de forma abrangente, a influência que a ideologia partidária exerce na gestão fiscal (Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Bartoluzzio & Anjos, 2020).

A partir dessas interlocuções, buscou-se responder a seguinte questão problema: em que medida as ideologias partidárias influenciam a condição fiscal dos municípios brasileiros e qual seu impacto nos resultados eleitorais? Visualizando a relação entre ciclos oportunistas e a ação partidária (Manjhi & Mehra, 2019), a Teoria dos Ciclos Políticos (Downs, 1957, 1999) foi revisitada com foco no partidarismo para uma avaliação que leve em consideração a singularidade da dinâmica política do Brasil. Portanto, esta pesquisa tem por objetivo analisar em que medida as ideologias partidárias influenciam a condição fiscal nos municípios brasileiros e seu impacto nos resultados eleitorais.

Ressalta-se que a literatura que analisa questões partidárias nos ciclos políticos normalmente se baseia em ambientes bipartidários com ideologias bem consolidadas (Hibbs, 1977; Alesina, 1987; 1988). Tais elementos não se aplicam ao Brasil, que é marcado pelo pluripartidarismo, pela baixa fidelização ideológica e pelos estilos individuais de representação (Salles & Guarnieri, 2019). Essas pesquisas se baseiam nas premissas do Ciclo Político-Econômico a partir da perspectiva de Nordhaus (1975). Aqui, a tomada de decisão dos partidos é analisada com base no Ciclo Político-Orçamentário (Rogoff, 1990), o que permite avaliar as decisões ideológicas em outra perspectiva.

Buscou-se desenvolver uma análise abrangente da condição fiscal municipal com base nas medidas operacionalizadas no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e pelo resgate dos indicadores propostos por Vicente e Nascimento (2012), que utilizam informações contábeis para analisar o comportamento da estrutura patrimonial e orçamentária dos entes públicos. Com isso, buscamos ampliar as discussões sobre comportamento fiscal ao introduzir elementos ainda subexplorados nas pesquisas que envolvem a temática: a ideologia partidária.

Salienta-se que a discussão proposta visa analisar como os partidos políticos, posicionados em diferentes pontos ao longo do continuum ideológico (Power & Rodrigues-Silveira, 2019), administram a estrutura fiscal nos municípios brasileiros. É nesse aspecto que a pesquisa está focalizada e que a discussão proposta se desenvolve.

Os achados sinalizam que o comportamento fiscal do contexto municipal brasileiro pode ser compreendido a partir das ideologias partidárias e que avaliações consistentes podem ser desenvolvidas a partir das informações fiscais e orçamentárias nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários.

2 FUNDAMENTO

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos, Ideologia Partidária e Ciclos Político-Orçamentários

A Teoria dos Ciclos Políticos (TCP) aborda como os partidos e eleitores tomam decisões em um ambiente democrático (Downs, 1957). Na TCP, os partidos representam a coalizão de homens que se organizam livremente para vencer a disputa eleitoral e controlar o aparato do Estado. Dessa forma, “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1999, p. 50).

Os partidos podem vincular as ações do governo às preferências de grupos sociais, relacionando a atividade política à ideologia (Downs, 1999). Como os eleitores acessam informações parciais e dispendiosas, as agremiações diminuem os custos informacionais por meio da definição de projetos com capacidade de representação ideológica, otimizando a decisão de voto (Downs, 1957).

Para Downs (1999), a ideologia é uma ferramenta útil para a conciliação de expectativas entre políticos e eleitores. Através dela, os indivíduos podem dimensionar o comportamento partidário esperado na arena política, selecionando aqueles que mais se aproximam das suas preferências econômicas, fiscais e orçamentárias. É nesse sentido que Downs (1999) visualiza a utilidade da ideologia tanto para os partidos, quanto para os cidadãos, pois reduz custos informacionais na análise relativa das propostas político-partidárias individuais, ao mesmo tempo que serve como atalho para alinhar as prioridades políticas com o comportamento partidário durante o ciclo político.

Essa dinâmica pode ser observada nas duas principais etapas da TCP. Inicialmente, na análise das preferências macroeconômicas dos votantes nos Ciclos Político-Econômicos (Nordhaus, 1975), e, em seguida, nos Ciclos Político-Orçamentários, por meio da análise das assimetrias de informações entre incumbentes e eleitores nas variáveis fiscais e orçamentárias (Rogoff, 1990).

Na perspectiva do Ciclo Político-Econômico, uma associação dinâmica entre inflação e desemprego é utilizada para gerar um ambiente favorável aos eleitores no curto prazo. Como os cidadãos priorizam as ações mais recentes e são receptivos ao pleno emprego, uma política expansionista é incentivada em períodos eleitoreiros. Após as eleições, ações restritivas são aplicadas para controlar os níveis de inflação, gerando um ciclo (Nordhaus, 1975).

Nesse ambiente, Hibbs (1977) verifica que os grupos sociais possuem preferências distintas sobre a política econômica, estando as classes mais pobres alinhadas a uma ação expansionista, enquanto as mais ricas valorizam a estabilidade nas taxas de inflação. Como o voto ideológico reduz custos informacionais, os partidos de esquerda propõem ações que viabilizem o pleno emprego, enquanto os de direita adotam políticas fiscais restritivas visando a estabilidade dos preços.

Contribuindo a esse debate, Alesina (1987) observa que os eleitores aprendem com os ciclos eleitorais e que a decisão de voto é tomada racionalmente, tendo a ideologia um papel chave no processo de representação. Isso revela que os partidos possuem preferências claras sobre a economia e agem para suprir as expectativas de curto prazo do seu grupo eleitoral (Alesina & Sachs, 1988; Alesina, 1989), havendo uma diferença empiricamente observável entre as estratégias ideológicas adotadas (Hibbs, 1992).

Já as pesquisas nos Ciclos Político-Orçamentários consideram os eleitores como decisores racionais, sendo o ciclo político resultado da assimetria temporária de informação entre eleitores e governantes (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990). Para Rogoff (1990), os partidos possuem infor-

mações antecipadas sobre o desempenho da gestão na promoção de bens e serviços públicos e divulgam aquelas que sinalizam manejo na condução do Estado.

Essa sinalização, aliada à tentativa dos partidos expressarem compatibilidade com as preferências fiscais dos cidadãos, afeta especialmente o volume de recursos alocados em períodos estratégicos e a composição da despesa pública, levando o debate para variáveis orçamentárias, como as categorias econômicas da despesa e os gastos de consumo do governo (Eslava, 2005; Drazen & Eslava, 2010).

A expansão da despesa pública está atrelada ao incentivo que os políticos possuem em sinalizar competência aos cidadãos em períodos eleitorais (Shi & Svensson, 2006). Com a expansão da despesa em áreas finalísticas, os eleitores avaliam suas decisões com base no volume de bens e serviços recebidos e só tomam conhecimento das consequências fiscais em um período subsequente (Rogoff, 1990).

Na manipulação da despesa pública, os votantes são simpáticos a determinados gastos e os governantes alteram a sua estrutura para sinalizar que compartilham das mesmas preferências fiscais dos eleitores (Drazen & Eslava, 2010). Essa mudança acontece por meio da valorização das despesas com investimentos visíveis à população (Eslava, 2005).

Ressalta-se que essa alteração pode não ser acompanhada de uma deterioração na condição fiscal, visto que os eleitores podem punir a expansão desenfreada da despesa pública nos períodos eleitorais em decorrência do conservadorismo fiscal. Portanto, haverá uma tentativa de expandir os gastos em determinadas áreas, enquanto outras serão retraídas, mantendo o equilíbrio orçamentário e evitando déficits globais pelo impacto negativo exercido sobre os eleitores (Eslava, 2005; Drazen & Eslava, 2005; Brender & Drazen, 2008; Bartoluzzio, Martins, Queiroz & Miranda, 2021).

As contribuições nacionais dialogam com o que foi desenvolvido internacionalmente. Expansões na despesa pública em períodos eleitorais são observadas e estão associadas às chances de reeleição dos políticos (Sakurai, 2005; Nakaguma & Bender, 2010; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Gama Neto, 2019), desde que dentro dos limites de déficits aceitáveis pelos eleitores (Klein, 2010). Manipulações na composição da despesa também foram observadas, havendo uma valorização nos gastos em áreas finalísticas em períodos eleitorais (Sakurai & Menezes, 2008; Klein & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

Nesse contexto, as pesquisas que incorporam discussões ideológicas no Brasil ainda são incipientes e sinalizam resultados diversificados, como a influência partidária na alocação dos recursos públicos (Sakurai, 2009), no equilíbrio orçamentário (Sakurai & Menezes-Filho, 2011) e na administração fiscal (Bartoluzzio & Anjos, 2020).

De modo geral, a literatura confirma que os grupos sociais possuem preferências claras sobre a gestão fiscal e orçamentária dos governos, estando os partidos de esquerda mais susceptíveis a déficits fiscais (Alesina et al., 1993; Herwartza & Theilenb, 2017; Klein & Sakurai, 2015; Magkonis et al., 2021). Nesse sentido, é possível observar uma relação temporal entre os ciclos oportunistas e partidários (Manjhi & Mehra, 2019) e a associação entre a ideologia e os gastos do governo (Magkonis et al., 2021), ambiente em que essa pesquisa se situa.

Com base nessas discussões, a Figura 1 é apresentada para a construção das hipóteses:

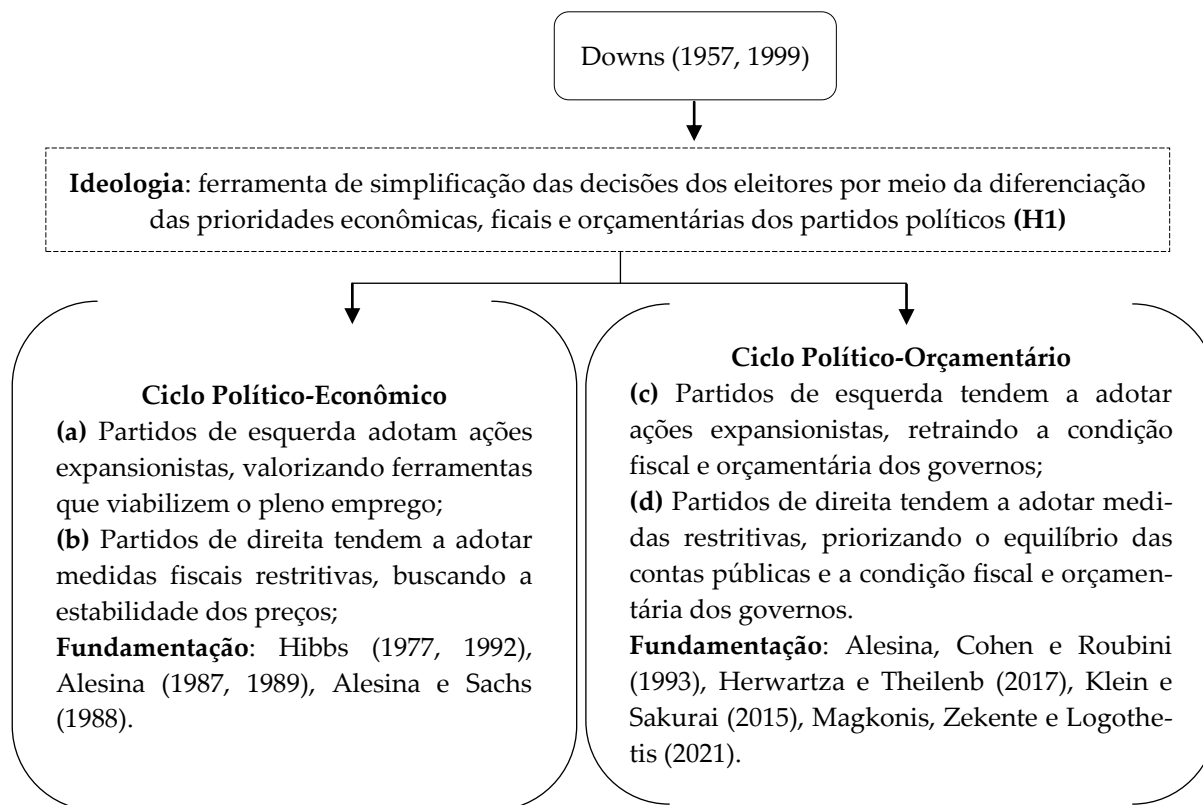


Figura 1. Framework conceitual da expectativa do comportamento partidário a partir da ideologia.

Nesse sentido, a atual investigação está estruturada em uma hipótese central: (H1) os partidos políticos distinguem-se entre si visando representar diferentes grupos eleitorais, lidando de formas distintas com a gestão fiscal subnacional (ver Alesina et al., 1993; Tellier, 2006; Herwartza & Theilenb, 2017). Alinhada a essa hipótese, considera-se as ideologias político-partidárias de esquerda como os que apresentam pior condição fiscal em relação as de direita (H1a) (Alesina et al., 1993; Herwartza & Theilenb, 2017; Klein & Sakurai, 2015; Magkonis et al., 2021).

2.3 Contextualização da Dinâmica Ideológica na Política Brasileira

As ideologias auxiliam a compreender o comportamento dos partidos e eleitores na medida em que simplificam os valores operantes na dinâmica política, concentrando convicções entre os participantes (Jorge, Faria e Silva, 2020). A identificação ideológica também é necessária para a *accountability* eleitoral na relação contemporânea entre o Estado e a sociedade, pois os partidos carregam atributos simbólicos que servem para diferenciar políticos e eleitores (Power & Zucco Jr., 2009; Tarouco & Madeira, 2013a).

Ao introduzir esse debate ao contexto brasileiro, é necessário discutir as especificidades nacionais e a viabilidade de importar os conceitos desenvolvidos em outros ambientes históricos (Tarouco & Madeira, 2013a). Isso porque os resultados empíricos são diversos, indicando o enfraquecimento da identificação partidária e a baixa capacidade de distinção entre as agremiações em alguns contextos e a forte reconhecimento em outros, sinalizando que não é possível rejeitar a influência da política partidária nas decisões de voto e a capacidade dos partidos estruturarem um ambiente competitivo (Silva et al., 2013).

No Brasil, dois problemas favorecem a incoerência ideológica: as coligações eleitorais e as migrações partidárias (Carreirão, 2014). É recorrente a coalizão de partidos com posições ideológicas diversas se predispondo à formação de grupos com identidades incongruentes (Tarouco & Madeira, 2015). A migração partidária também está cada vez mais recorrente, popularizando a formação de partidos com ecletismo ideológico (Carreirão, 2014).

A entrada de governos minoritários também prejudica a noção de incumbência e a *accountability* eleitoral (Rebello, 2015). Os eleitores enfrentam dificuldades em culpabilizar os políticos dada a personalização do voto na política subnacional e a ausência de informações que permitam reconhecer quem é o governo e o partido a ele atrelado. Para superar essas dificuldades, mais informações precisam ser compartilhadas para ampliar a evidência da responsabilidade, oportunizando a responsabilização (Rebello, 2015).

Em nível municipal esse contraste se amplia, pois o clientelismo, os estilos individuais de representação e as desigualdades sociais prejudicam a capacidade de *accountability* (Salles & Guarneri, 2019). Soma-se ainda o fato de parcela da população brasileira não saber o que representa a “esquerda” e a “direita”, mesmo para partidos amplamente debatidos pela opinião pública (Tarouco, Vieira & Madeira, 2015). Conforme Rebello (2015), na atualidade, o voto é considerado uma ferramenta limitada à produção de governos, pois os políticos são vistos como gerenciadores da máquina pública e a decisão eleitoral ocorre de forma retrospectiva, diminuindo a representatividade ideológica.

Dada a complexidade da dinâmica ideológico-partidária operante no contexto brasileiro, e visando atender ao objetivo de pesquisa proposto, reconhecemos que apesar das classificações ideológicas estarem, em geral, baseadas na dicotomia esquerda-direita, se apoiando em uma classificação prévia da literatura (Zucco & Power Jr., 2009), mais de duas categorias (extrema direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e extrema-esquerda) foram utilizadas com base nas pesquisas que incorporam elementos como atitudes, opiniões e posicionamentos dos partidos políticos (Tarouco & Madeira, 2013a).

Esses estudos reconhecem que a terminologia esquerda-direita possui pouca capacidade de explicar o comportamento partidário e que os conceitos que fundamentam as classificações variam significativamente ao longo do tempo (Silva et al., 2013; Tarouco et al., 2015). Para Bobbio (1995), os termos “direita” e “esquerda” representam ações políticas conflituosas, visto que existem posições intermediárias situadas entre os dois extremos, buscando um espaço entre ambos.

Nesse sentido, os partidos podem ocupar uma região central. Denominada de “centro”, essa posição permite que novas categorias sejam propostas para indicar a distância dos partidos em relação aos extremos, levantando a discussão sobre “centro-esquerda”, “centro-direita” ou “esquerda e direita moderadas” (Silva et al., 2013), posição adotada na presente pesquisa. Além disso, os partidos podem se movimentar dentro da escala ideológica, apresentando programas com diferentes posições ao longo das eleições (Bolognesi et al., 2019).

No Brasil, Zucco e Power Jr. (2009) sinalizam que a ordenação ideológica permanece consideravelmente estável, permitindo uma descrição consistente dos partidos. Algumas vantagens dessas classificações podem ser ressaltadas, como a possibilidade de analisar trajetórias, compreender os valores representativos da arena política e desenvolver a identificação ideológica (Silva et al., 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra

A amostra de municípios foi obtida por meio de uma seleção estratificada proporcional. Os municípios foram alocados em sete estratos com base na sua dimensão populacional e selecionados aleatoriamente considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, totalizando 360 gestões.

Tabela 1. Seleção da amostra.

Estratos	Habitantes	Quantidade de Municípios	Amostragem	Margem	Municípios Analisados
I	$> 1 \leq 5.000$	1.235	80	9	89
II	$> 5.000 \leq 10.000$	1.215	78	12	90
III	$> 10.000 \leq 20.000$	1.352	87	13	100
IV	$> 20.000 \leq 50.000$	1.103	71	14	85
V	$> 50.000 \leq 100.000$	355	23	7	30
VI	$> 100.000 \leq 500.000$	268	18	7	25
VII	> 500.000	42	3	3	6
Total		5.570	360	65	425

Nota: A formação dos estratos foi baseada no plano amostral utilizado pela Escala Brasil Transparente 3.0 (CGU). Esse tipo de amostragem é referência na avaliação da transparência ativa e passiva nas esferas municipal e estadual, constituindo uma possibilidade de seleção amostral convencionada entre práticos e teóricos (ver Bartoluzzio e Anjos, 2020).

Levando em consideração a perda de informações que decorre da ausência e da inconsistência dos dados governamentais em pesquisas empíricas, foi adicionada uma margem de 6,46%, aumentando a seleção de municípios para valores entre 7% e 9% da população. Portanto, a análise cobre 425 municípios.

3.2 Mensuração dos Ciclos Políticos

O ciclo político é o mandato eleitoral de quatro anos, período em que os partidos conduzem as atividades do Estado e que eleições acontecem para que o eleitorado decida sobre a manutenção do grupo em atividade. Nessa pesquisa, a análise engloba dois ciclos políticos entre 2008 e 2016 (Ciclo I: 2009-2012; Ciclo II: 2013-2016), período que abrange três anos eleitorais (2008, 2012 e 2016).

3.3 Classificação da Ideologia Partidária

A classificação dos partidos políticos foi obtida da padronização de Power e Rodrigues-Silveira (2019), que evidenciam a posição ideológica de cada agremiação ao longo de treze ciclos eleitorais. Os autores coletaram informações das Pesquisas Legislativas Brasileiras (BLS) para analisar a autoimagem da classe política, permitindo: (a) avaliar a ideologia de cada partido em cada um dos ciclos políticos; e (b) observar as diferentes posições ideológicas ao longo das eleições.

O indicador vai de (-1) extrema-esquerda à (+1) extrema direita, sendo (0) o valor de referência para os grupos de centro. Cinco intervalos com distâncias equivalentes foram criados na escala de Power e Rodrigues-Silveira (2019) para classificar os partidos nas categorias ideológicas propostas por Bolognesi et al. (2019), sendo elas: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita.

As classificações podem ser verificadas na Figura 2:

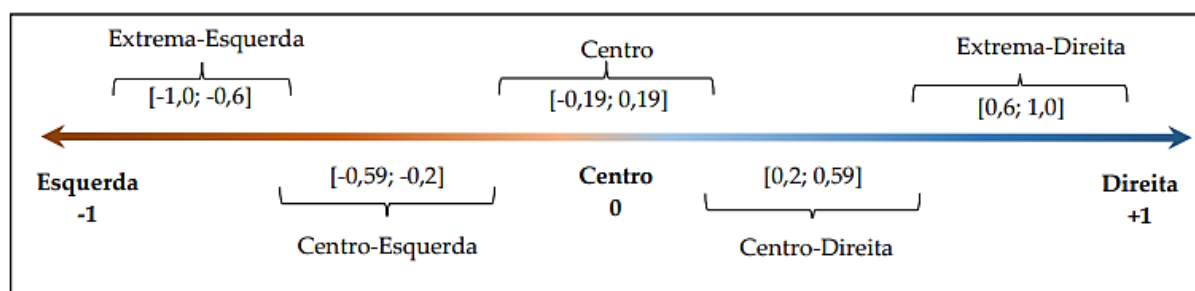


Figura 2: Intervalos definidos para os grupos ideológicos.

Nota: O mapeamento ideológico dos partidos e a sua categorização ocorreram em cada ano eleitoral (2008, 2012 e 2016) para representar a posição ideológica durante o ciclo político seguinte. Ao considerar as diferentes posições ideológicas dos partidos entre os anos eleitorais analisados, conforme metodologia proposta por Power e Rodrigues-Silveira (2019), essa pesquisa reconhece a dinamicidade ideológica das agremiações e avança uma limitação observada na literatura correlata que é a premissa de estabilidade da ideologia partidária entre os ciclos políticos. O detalhamento dos escores ideológicos e das classificações partidárias estão disponíveis no Apêndice I.

Essa estratégia foi aplicada porque os especialistas são mais bem informados, conhecem a literatura adequada e possuem expertise em atividades de especificação (Bolognesi et al., 2019). As pesquisas também reconhecem o BLS como capaz de representar a posição ideológica dos partidos contextualmente, sendo esse um projeto coletivo desenvolvido para analisar a autoimagem da classe política brasileira (Power & Zucco Jr., 2009, 2012; Tarouco & Madeira, 2013b, 2015).

3.4 Indicadores da Gestão Fiscal

A condição fiscal dos municípios está representada em dois aspectos. O primeiro é o IFGF, indicador desenvolvido com o objetivo de analisar a condição fiscal dos entes subnacionais no Brasil. O índice é composto por cinco subindicadores, que avaliam: competência na arrecadação, rigidez orçamentária, capacidade de investimento, suficiência de caixa e custo da dívida (IFGF, 2016).

Indicador	Operacionalização	Relação Esperada	
		Direita	Esquerda
Receita Própria	(Receita Própria ÷ RCL)	+	-
Gasto com Pessoal	(Gasto com Pessoal ÷ RCL)	+	-
Investimentos	(Investimentos ÷ RCL)	+	-
Liquidez	(Caixa – Obrigações Em Circulação) ÷ (RCL)	+	-
Custo da Dívida	(Juros e Amortizações ÷ RCL)	+	-

Figura 3. Índice Firjan de Gestão Fiscal. Fonte: IFGF (2016). Nota: RCL – Receita Corrente Líquida.

Após a mensuração dos indicadores, os municípios são classificados em quatro categorias definidas pelo próprio IFGF: (1) Gestão de Excelência (acima 0,8 pontos), (2) Boa Gestão (entre 0,6 e 0,8 pontos), Gestão em Dificuldade (entre 0,4 e 0,6 pontos) e Gestão Crítica (inferiores a 0,4 pontos). O IFGF visa evidenciar o nível de qualidade na gestão fiscal dos municípios, visto que, quanto maior o índice, mais equilibrada é a gestão do ente. Portanto, levando em consideração a literatura prévia, espera-se que os partidos posicionados mais à esquerda (extrema-esquerda e centro-esquerda) apresentem piores resultados para o IFGF Geral e subindicadores (Alesina et al., 1993; Herwartz & Theilenb, 2017; Klein & Sakurai, 2015; Magkonis et al., 2021).

O segundo aspecto é o conjunto de indicadores propostos por Vicente e Nascimento (2012). Esses autores sinalizam que as informações contábeis podem evidenciar a política fiscal do governo, sendo a análise dos demonstrativos capaz de expor distorções relacionadas aos ciclos políticos. Nove dos treze indicadores utilizados previamente foram reduzidos a 4 dimensões latentes por meio da Análise Fatorial Exploratória (AFE), sendo elas:

Dimensões Latentes Geradas pela AFE	
(Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária) (Receita Orçamentária Corrente/Despesa Orçamentária Corrente) (Receita com Dívida Ativa/Saldo da Dívida Ativa)	Habilidade Orçamentária (RE: Direita + / Esquerda -)
(Despesa com Pessoal/Despesa Orçamentária) (Despesa com Investimento/Despesa Orçamentária)	Capacidade de Investimento (RE: Direita + / Esquerda -)
(Saldo de Caixa Acumulado no Ano) (Receita Tributária/Receita Orçamentária)	Economia Arrecadatória (RE: Direita + / Esquerda -)
(Transferências Voluntárias da União/Receita Orçamentária) (Transferências Voluntárias dos Estados/Receita Orçamentária)	Alinhamento Intergovernamental

Figura 4. Indicadores dos Ciclos Político-Contábeis.

Fonte: Vicente e Nascimento (2012). Nota: RE – relação esperada. Não foi definida uma expectativa de relação entre o alinhamento intergovernamental e os grupos ideológico-partidários porque ela é definida pela dinâmica operante com a União e os Estados em cada um dos ciclos, impossibilitando uma definição prévia.

Os indicadores supramencionados abrangem aspectos da estrutura orçamentária e permitem a observação das relações estabelecidas entre os municípios e as outras esferas do governo, como no caso das transferências voluntárias intergovernamentais. São, portanto, indicadores complementares para uma avaliação abrangente da dinâmica fiscal dos entes em análise. Assim como na Figura 3, espera-se que os partidos situados mais à esquerda apresentem menor habilidade orçamentária, capacidade de investimento e economia arrecadatória em relação aos demais grupos (Alesina et al., 1993; Tellier, 2006; Herwartza & Theilenb, 2017).

Ressalta-se que os fatores foram extraídos com a Análise de Componentes Principais e sua quantidade definida pelo Critério da Raiz Latente (≥ 1), sendo os eixos rotacionados com a Varimax. Verificou-se a hipótese de nulidade da correlação entre as variáveis através do teste de Esfericidade de Bartlett e o nível de correlação parcial por meio do teste Kaiser-Meyer-Olkin ($\geq 0,50$) e pelos valores diagonais da matriz de anti-imagem.

A significância prática das cargas fatoriais foi analisada por meio das comunalidades. Somma-se ainda o fato de os fatores resultantes possuírem cargas elevadas ($>0,7$) entre os componentes da matriz rotacionada. E que a capacidade de variância explicada passa de 70% nas quatro primeiras dimensões e de 50% na última.

Esses resultados, aliados à capacidade das novas variáveis auxiliarem na compreensão do tópico proposto, fundamentaram sua utilização e abrangem as eleições de 2008, 2012 e 2016. Diferente das informações para o IFGF, que englobam cada um dos anos dos ciclos políticos, as refletidas nos indicadores propostos por Vicente e Nascimento (2012) abrangem apenas os anos eleitorais em decorrência da inconsistência/ausência das informações disponibilizadas pelo Siconfi, como municípios com dados de receitas/despesas zerados ou evidenciando juro com dívida ativa sem valores referenciados à dívida ativa, dentre outros.

3.4 Estrutura Estatística

As análises estão estruturadas em três fases complementares. Foram estimados testes de média não paramétricos para os indicadores fiscais ao longo dos ciclos políticos para avaliar se as ideologias diferem significativamente entre os períodos analisados. Optou-se pela utilização do Teste de Mann-Whitney pela ausência de normalidade nos dados.

Em seguida, para verificar a influência dos grupos partidários nos indicadores fiscais, foram estimados modelos Tobit com Dados em Painel:

$$\text{Indicadores Fiscais}_{IFGFit} = \alpha + \vartheta' \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

A variável dependente representa os indicadores do IFGF mencionados na Figura 3 e as independentes compõem *dummies* para os grupos ideológicos mensurados na Figura 2. Os modelos foram estimados com efeitos aleatórios dada a sua aplicabilidade em amostras formadas aleatoriamente, dispensando a obtenção de interceptação individual para cada unidade de corte transversal (Wooldridge, 2020, p. 474). A utilização do modelo Tobit decorre da especificidade das variáveis utilizadas, adequado para estimações em que os indicadores são censurados em limites mínimos e máximos com base no valor proporcional da medida na estrutura orçamentária dos entes.

Por último, para verificar a influência das variáveis fiscais na probabilidade de recondução dos partidos políticos entre os grupos ideológicos, foram estimados modelos Logísticos:

$$Probabilidade\ de\ Recondução_i = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \sum \beta_n \text{Indicadores Fiscais})}}$$

A variável dependente constitui os partidos reconduzidos ao longo das eleições para cada ideologia definida na Figura 2 e as independentes compõem os indicadores fiscais: IFGF e as dimensões latentes extraídas com a AFE. A utilização do modelo Logit decorre do aspecto qualitativo refletido na variável dependente (a recondução do partido político ao longo de duas eleições municipais sequenciais), atribuindo-se 1 para os entes em que a recondução foi observada e 0 para os demais.

Ressalta-se que a análise proposta não refuta a possibilidade de outras variáveis serem influenciadas pela posição ideológica dos partidos políticos, sejam elas políticas, econômicas ou ambientais. No entanto, essa pesquisa possui um foco delimitado na dinâmica fiscal e orçamentária dos entes, constituindo um objetivo central a avaliação do comportamento dessas variáveis. Outras alternativas e possibilidades analíticas podem ser acrescentadas aos modelos aqui evidenciados.

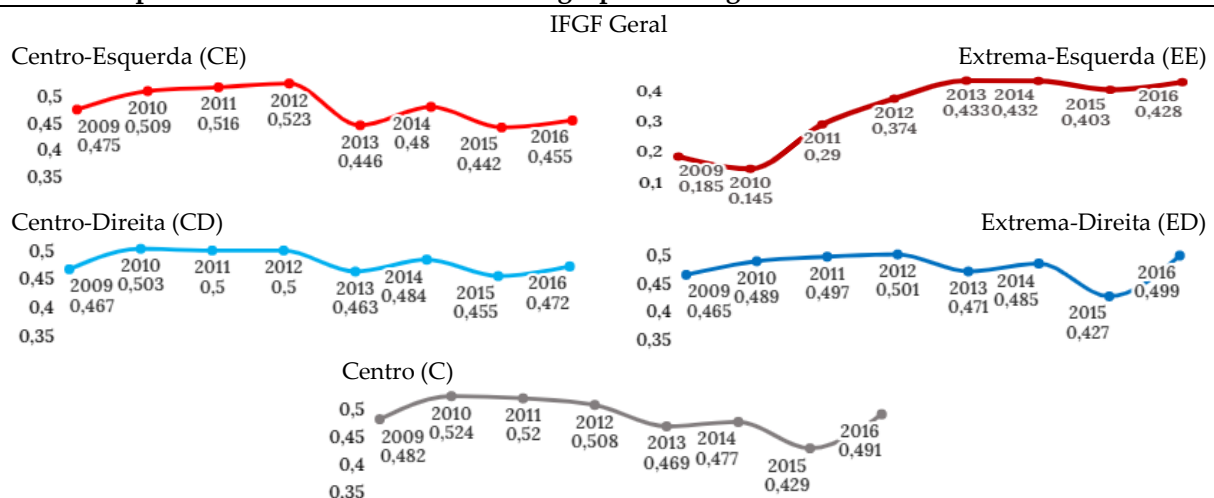
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro tópico apresenta a análise descritiva dos indicadores fiscais com a aplicação de testes de média (Mann-Whitney – MW) para apresentar um panorama geral das variáveis utilizadas com base nas classificações ideológico-partidárias. Em seguida, são apresentadas as estimativas econométricas, que englobam a análise dos indicadores fiscais nos dois ciclos políticos a partir das ideologias e a análise da influência destes nas eleições.

4.1 Análise Descritiva dos Indicadores Fiscais

A Tabela 2 apresenta o comportamento do IFGF (geral e subindicadores) durante dois ciclos políticos completos. O valor médio das variáveis também é apresentado e as análises estão apoiadas em testes de média entre as ideologias para auxiliar na interpretação. Os testes foram conduzidos tendo como referência as ideologias de direita (centro-direita e extrema-direita), consideradas pela literatura como as que tendem a apresentar melhor desempenho fiscal (Hibbs, 1977, 1992).

Tabela 2. Comportamento do IFGF com base nos grupos ideológicos.



Indicador	Ciclo Político I (2009-2012)					Ciclo Político II (2013-2016)				
	EE	CE	C	CD	ED	EE	CE	C	CD	ED
Receita	0,313 ●	0,288 ●	0,231 ●	0,207 ●	0,226 ●	0,241 ●	0,253 ●	0,271 ●	0,254 ●	0,223 ●
Pessoal	0,634 ●	0,572 ●	0,590 ●	0,567 ●	0,564 ●	0,567 ●	0,497 ●	0,492 ●	0,501 ●	0,474 ●
Investimento	0,277 ●	0,541 ●	0,574 ●	0,571 ●	0,570 ●	0,426 ●	0,424 ●	0,478 ●	0,462 ●	0,477 ●
Liquidez	0,536 ●	0,503 ●	0,509 ●	0,487 ●	0,448 ●	0,325 ●	0,486 ●	0,458 ●	0,492 ●	0,544 ●
Dívida	0,500 ●	0,778 ●	0,797 ●	0,803 ●	0,812 ●	0,731 ●	0,821 ●	0,840 ●	0,842 ●	0,839 ●

Legenda: ● Gestão Crítica, ● Em Dificuldade, ● Boa Gestão, ● Excelência: classificadas com base nos intervalos definidos pelo IFGF.

Os gráficos da Tabela 2 mostram como o IFGF Geral se comporta com base nas ideologias. Os resultados apontam que o primeiro ciclo engloba períodos de desenvolvimento da condição fiscal dos municípios, com posições de crescimento e estabilidade em quatro dos cinco grupos ideológicos. Já o segundo compreende anos de instabilidade fiscal que refletem o contexto socioeconômico e político do país à época.

Os grupos ideológicos, com exceção da extrema-esquerda (em situação Crítica no primeiro ciclo), apresentam Dificuldade fiscal ao longo dos anos. As oscilações observadas no segundo ciclo político são semelhantes, expondo que a fragilidade municipal ao cenário macroeconômico independe da ideologia em mandato. Os testes sinalizam que enquanto o centro (\bar{x} 0,487) apresenta melhores resultados para o IFGF Geral em relação à extrema-direita (\bar{x} 0,479) [p-valor 0,002] e centro-direita (\bar{x} 0,481) [p-valor 0,000], a extrema-esquerda (\bar{x} 0,336) sinaliza piores condições fiscais em relação a ambos os grupos [p-valor 0,005 e 0,006, respectivamente].

Entre os demais itens, a capacidade de arrecadação está representada no indicador de Receita Própria e aponta para a uma situação Crítica comum a todos os grupos ideológicos. Esse resultado é reflexo da dependência das transferências intergovernamentais e da vulnerabilidade da estrutura orçamentária frente às condições econômicas capazes de afetar a obtenção de recursos. O total de receitas geradas não alcança 30% da RCL, o que reflete em inflexibilidade orçamentária e capacidade limitada dos entes desenvolverem ações que ampliem a percepção de competência dos partidos. Os testes de média não sinalizaram comportamento significativo que diferenciasses os grupos ideológicos, demonstrando que a baixa capacidade de obtenção de recursos próprios é um aspecto comum entre eles.

Outro gasto que representa a rigidez do orçamento é a Despesa com Pessoal. A gestão em Dificuldade para as categorias ideológicas, com exceção da extrema-esquerda, aponta que 50 a 60% da RCL está sendo utilizada para o pagamento de servidores. A despeito do alto comprometimento de receitas, a LRF legisla especificamente sobre essa categoria estabelecendo limites para o executivo municipal e sanções ao seu descumprimento, como a proibição de transferências voluntárias, obtenção de garantias e contratação de operações de crédito. Seguindo a tendência apresentada, o centro (\bar{x} 0,541) apresenta melhores níveis de cumprimento dos parâmetros definidos para essa categoria em relação à extrema-direita (\bar{x} 0,519) [p-valor 0,002] e centro-direita (\bar{x} 0,534) [p-valor 0,000].

Os Investimentos são relevantes por estarem relacionados aos Ciclos Político-Orçamentários (Rogoff, 1990). Em geral, a capacidade Difícil e Crítica de alocar recursos que reflitam no bem-estar da população tende a aproximar um município do outro. Os testes de média sinalizam que o centro (\bar{x} 0,526) aplica maior volume de recursos em áreas finalísticas quando comparado à extrema-direita (\bar{x} 0,523) [p-valor 0,004] e centro-direita (\bar{x} 0,516) [p-valor 0,000]. Já a extrema-esquerda (\bar{x} 0,351) aplica menos recursos nessa categoria quando comparada com a extrema-direita [p-valor 0,090]. Nos demais grupos ideológicos não se observou comportamento médio distinto.

Nível semelhante é observado para a suficiência de caixa descrita no indicador de Liquidez, que sinaliza a proporção de restos a pagar acumulada sobre os ativos financeiros disponíveis. O

Sistema Firjan destaca o uso sistemático de restos a pagar como estratégia de financiamento da despesa, de forma que os municípios utilizam dessa possibilidade para postergar o pagamento das obrigações (IFGF, 2016).

Tal procedimento é ainda mais problemático quando os entes reservam recursos financeiros e comprometem o orçamento de períodos seguintes. Os resultados demonstram Dificuldade em todos os grupos ideológicos e uma condição Crítica para a extrema-esquerda no segundo ciclo. Já os testes de média demonstram uma tendência geral, a de que a extrema-esquerda (\bar{x} 0,431) compromete mais restos a pagar sobre os ativos financeiros, o que resulta em menores níveis de liquidez em relação à extrema-direita (\bar{x} 0,496) [p-valor 0,010] e centro-direita (\bar{x} 0,489) [p-valor 0,029].

Por fim, o Custo da Dívida, que representa o comprometimento de receitas líquidas reais para o pagamento de juros e amortizações de empréstimos, é o melhor entre os subindicadores analisados, pois as prefeituras apresentam posições confortáveis (entre Bom e Excelente) para todas as ideologias. Esse resultado pode ser decorrente das restrições legais impostas na emissão de títulos públicos e o acesso limitado à contratação de dívida em pequenos municípios. Ademais, os testes de média sinalizam que a centro-direita (\bar{x} 0,823) dispense menos recursos com serviços de dívida em relação aos grupos ideológicos posicionados mais à esquerda [centro (\bar{x} 0,819): p-valor 0,003; centro-esquerda (\bar{x} 0,800): p-valor 0,003; e extrema-esquerda (\bar{x} 0,615): p-valor: 0,000]. As médias de custo da dívida também são inferiores para os partidos de extrema-direita (\bar{x} 0,826) quando comparados aos de extrema-esquerda [p-valor 0,000].

Complementando a análise, a Tabela 3 evidencia a média das dimensões latentes extraídas dos indicadores sugeridos por Vicente e Nascimento (2012).

Tabela 3. Dados médios das dimensões latentes.

Ideologia	Habilidade Orçamentária	Capacidade de Investimento	Economia Arrecadatória	Alinhamento Intergovernamental
EE	-0,1922 ▼	-0,7401 ▼	-0,0266 ▼	-0,2641 ▼
CE	-0,0687 ▼	-0,0238 ▼	0,1782 ▲	-0,0601 ▼
C	-0,0874 ▼	0,1979 ▲	-0,0254 ▼	-0,0497 ▼
CD	0,0336 ▲	-0,2152 ▼	-0,0365 ▼	0,0905 ▲
ED	0,2102 ▲	0,1354 ▲	-0,1357 ▼	-0,0060 ▼
Interpretação	> melhor	> melhor	> melhor	> melhor

Legenda: Melhores Resultados (▲), Resultados Intermediários (▼), Piores Resultados (▼).

A habilidade orçamentária representa a capacidade dos grupos executarem orçamentos equilibrados e desenvolverem estratégias consistentes para arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa. Hibbs (1977) sinaliza que o equilíbrio fiscal é uma das prioridades dos partidos de direita, o que pode ser observado, pois a centro-direita (\bar{x} 0,033) e a extrema-direita (\bar{x} 0,210) possuem as melhores médias nessa área, sendo elas superiores em relação ao centro (\bar{x} -0,087) [p-valor 0,004; 0,002] e à centro-esquerda (\bar{x} -0,068) [p-valor 0,083; 0,051].

Já a capacidade de investimento sinaliza a condição das prefeituras direcionarem receitas para as áreas com maior visibilidade eleitoral. O centro e a extrema-direita se destacam, com valores indicando uma estrutura orçamentária com melhor capacidade para investir. Nos demais grupos, uma estratégia seria a redistribuição dos recursos entre as categorias econômicas da despesa, retraindo os gastos correntes e ampliando os de capital (Klein & Sakurai, 2015). Ressalta-se que as variações não foram suficientes para gerar uma alteração média significativa na variável quando comparadas aos demais grupos ideológicos.

A economia arrecadatória representa a capacidade dos municípios pouparem recursos com base na representatividade das receitas tributárias. A retenção de caixa é relevante porque os partidos podem economizar entre os anos visando expandir de forma atípica a despesa no ano eleito-

ral. Apesar da centro-esquerda apresentar melhor resultado nessa dimensão, não é possível afirmar que a economia seja, na média, superior às demais ideologias. Parte desse comportamento está refletido na baixa capacidade de arrecadação demonstrada pelo indicador de Receita na Tabela 2, ressaltando a fragilidade fiscal dos municípios.

Por último, o alinhamento intergovernamental simboliza o suporte estratégico que as ideologias obtêm através de transferências voluntárias das outras esferas do governo. Apenas a centro-direita (\bar{x} 0,090) apresenta condição positiva, indicando a capacidade do grupo desenvolver alianças e consolidar o apoio eleitoral nos municípios. Tal alinhamento é expressivo em relação aos partidos de centro-esquerda (\bar{x} -0,060) [p-valor 0,089], confirmando a sua habilidade de articulação.

A análise descritiva do IFGF e dos indicadores oriundos das dimensões latentes viabilizam a observação de alguns aspectos nos dados. Em geral, o centro sinaliza, na média, resultados fiscais melhores em relação aos grupos ideológicos posicionados mais à direita (centro-direita e extrema-direita). Essa tendência é significativa para o IFGF Geral, despesa com pessoal e investimentos. Quando a análise se volta para os grupos ideológicos de esquerda, percebe-se que a extrema-esquerda possui piores condições de liquidez em relação às direitas, além de aplicar menos recursos em investimentos em relação à extrema-direita.

Para as direitas, verifica-se que a centro-direita compromete menos recursos com custo de dívida em relação aos grupos ideológicos posicionados mais à esquerda (centro, centro-esquerda e extrema-esquerda). Na extrema-direita, dispêndios inferiores nessa categoria são observados em relação à extrema-esquerda. Por fim, na análise das dimensões latentes, constata-se que, em média, as direitas sinalizam melhor habilidade orçamentária em relação ao centro e à centro-esquerda e que a centro-direita apresenta melhores condições de desenvolver alinhamento com outras esferas de governo em relação à centro-esquerda.

4.2 Análise das Estimativas Estatísticas

A Tabela 4 apresenta as estimativas do modelo Tobit com Dados em Painel para evidenciar a relação entre os grupos ideológicos e os indicadores fiscais. As equações foram operacionalizadas em duas etapas, elegendo-se a extrema-direita como variável de referência na primeira e a centro-direita na segunda.

Assim como sinalizado na análise descritiva, essa escolha leva em consideração a literatura que aponta a direita como a ideologia que inclui partidos com maior responsabilidade fiscal (Hibbs, 1977, 1992). Portanto, espera-se um sinal negativo e significativo para as ideologias posicionadas mais à esquerda do continuum ideológico, como sinalizado na hipótese levantada (H1a). A análise se concentra no IFGF porque compõe o grupo de indicadores com informações longitudinais para os dois ciclos políticos, abrangendo todo o período de análise (2009-2016).

Tabela 4. Estimação do modelo Tobit com Dados em Painel.

	Grupo de Referência – Extrema-Direita					
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0640 ⁽¹⁰⁾	-0,1418 ⁽¹⁾	0,0013	-0,0699	-0,0609	-0,1822 ⁽¹⁾
CE	0,0055	-0,0044	0,0209	-0,0038	-0,0013	-0,0124
C	0,0373 ⁽¹⁾	-0,0086	0,0797 ⁽¹⁾	0,1042 ⁽¹⁾	-0,0173	-0,0320 ⁽¹⁾
CD	-0,0036	0,0046	-0,0034	-0,0090	-0,0096	-0,0011
α	0,4719 ⁽¹⁾	0,2418 ⁽¹⁾	0,5128 ⁽¹⁾	0,4884 ⁽¹⁾	0,4983 ⁽¹⁾	0,8273 ⁽¹⁾
	Grupo de Referência – Centro-Direita					
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0603 ⁽¹⁰⁾	-0,1464 ⁽¹⁾	0,0048	-0,0608	-0,0513	-0,1810 ⁽¹⁾
CE	0,0092	-0,0091 ⁽⁵⁾	0,0244 ⁽⁵⁾	0,0051	0,0083	-0,0112
C	0,0410 ⁽¹⁾	-0,0132 ⁽¹⁾	0,0832 ⁽¹⁾	0,1133 ⁽¹⁾	-0,0077	-0,0308 ⁽¹⁾
ED	0,0036	-0,0046	0,0034	0,0090	0,0096	0,0011
α	0,4682 ⁽¹⁾	0,2465 ⁽¹⁾	0,5093 ⁽¹⁾	0,4793 ⁽¹⁾	0,4886 ⁽¹⁾	0,8261 ⁽¹⁾

Notas: Os resultados agregam 3.201 observações para cada variável entre 2009 e 2016, sendo as estimações válidas a 1% pelo teste Wald ($\text{Prob} > \chi^2$), com exceção do indicador Liquidez nos dois grupos de referência. Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1%, (5) significativo a 5% e (10) significativo a 10%.

É possível observar que a extrema-direita apresenta melhor desempenho fiscal para todos os coeficientes significativos em relação à extrema-esquerda. Esse resultado abrange: (a) melhor condição fiscal geral, (b) maior autonomia na geração de receitas próprias e (c) menor dispêndio com o pagamento de juros e amortização de empréstimos. Tais estimativas podem ser analisadas com o auxílio dos valores médios das dimensões latentes discutidas na Tabela 3. Isso porque a extrema-direita apresenta maior habilidade (\bar{x} 0,210) nas práticas orçamentárias e dispõe de maior capacidade de investimento (\bar{x} 0,135).

Ao posicionar a centro-direita como grupo de referência, observa-se uma tendência compatível à análise anterior, pois, com exceção da gestão da estrutura de pessoal na centro-esquerda, os demais indicadores sinalizam melhores condições fiscais da centro-direita em relação aos partidos posicionados mais à esquerda do continuum ideológico. Nesse ponto, ressalta-se a capacidade da centro-direita apresentar: (a) melhor condição fiscal geral, (b) captar mais receitas através da arrecadação própria e (c) gastar menos com encargos e serviços de dívida. Salienta-se que, assim como a extrema-direita, a habilidade orçamentária (\bar{x} 0,033) também constitui uma característica da centro-direita.

Ao relacionar essa discussão aos partidos de centro, verifica-se que esse grupo sinaliza melhor condição fiscal agregada, melhores condições de gerir a estrutura de servidores ativos, inativos e pensionistas dos municípios, além de melhores condições de aplicarem gastos em investimentos em relação aos partidos posicionados mais à direita. Por outro lado, o centro apresenta baixa autonomia arrecadatória em relação à centro-direita e maior gasto com o custo da dívida em relação a ambos os grupos (centro-direita e extrema-direita).

Tais resultados indicam que apesar da qualidade fiscal evidente entre os partidos de direita em relação aos de esquerda, esse comportamento não se repete de forma regular quando a ideologia analisada é o centro, que apresenta melhores condições fiscais gerais, maior capacidade de investimento e de gestão da estrutura de pessoal.

Por fim, entre as ideologias de direita (categorias de referência), as estimações apontam um comportamento semelhante para os indicadores fiscais, sugerindo uma estrutura fiscal em níveis similares no contexto subnacional. Desse modo, municípios geridos por partidos com ideologias posicionadas mais à direita tentem a apresentar estrutura fiscal semelhante, corroborando com a perspectiva de que as ideologias auxiliam na compreensão das preferências fiscais a serem priorizadas pelos partidos políticos (Downs, 1957, 1999).

Isto posto, é possível observar que apesar da baixa autonomia fiscal e da exposição dos municípios ao cenário econômico, as análises reforçam uma tendência sinalizada nos Ciclos Político-Econômicos, que aponta as ideologias de direita como as que tratam a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas como prioridades na condução do Estado em relação às de esquerda (Hibbs, 1977, 1992; Alesina & Sachs, 1988; Alesina, 1989). Apesar desse resultado não ser unânime para a totalidade de indicadores e os achados não serem aplicáveis na mesma medida aos partidos de centro, as relações se mostram razoáveis ao considerarmos como parâmetro as ideologias de esquerda. Havendo, portanto, uma maior inclinação à responsabilidade fiscal pelos partidos posicionados mais à direita no continuum ideológico em relação a esse grupo.

Outro ponto a ser ressaltado é que tais resultados estendem a possibilidade de avaliar ideologicamente a condição fiscal das organizações públicas a partir das premissas dos Ciclos Político-Orçamentários (Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990), pois decisões estratégicas relacionadas a incentivos político-eleitorais foram observadas e refletem na capacidade dos municípios prestarem serviços de forma planejada e equilibrada, posicionando essa pesquisa junto a estudos correlatos

(Nakaguma & Bender, 2010; Klein, 2010; Klein & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015; Gama Neto, 2019), além de colaborar com investigações que introduzem na discussão fiscal elementos da ideologia política (Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Bartoluzzio & Anjos, 2020).

Por último, a Tabela 5 evidencia a probabilidade de recondução eleitoral dos partidos com base nas variáveis fiscais. A chance de manutenção partidária é analisada para os municípios que mantiveram o grupo político (posicionado na mesma categoria ideológica) entre duas eleições sequenciais. Optou-se pelo IFGF Geral como representante dos indicadores do Sistema Firjan em decorrência da multicolinearidade observada entre os subindicadores por meio do *Variance Inflation Factor*.

Tabela 5. **Estimação do modelo Logit.**

Indicador Fiscal	CE	C	CD	ED
IFGF Geral	4,363 ⁽⁵⁾	3,264	-1,101	-4,576
Habilidade Orçamentária	-2,728 ⁽⁵⁾	2,456 ⁽⁵⁾	0,512	-0,086
Capacidade de Investimento	0,166	0,159	0,629 ⁽⁵⁾	-0,587
Economia Arrecadatória	-0,209	-0,112	-0,688	0,132
Alinhamento Intergovernamental	-0,483	-0,081	-0,198	1,421 ⁽¹⁾
α	-3,471 ⁽¹⁾	-3,078 ⁽⁵⁾	-0,876	0,231
Wald	17,64 ⁽¹⁾	22,18 ⁽¹⁾	12,99 ⁽⁵⁾	20,46 ⁽¹⁾
R2	9,54	9,77	6,59	24,32
Observações	150	223	193	111
VIF	<1,26	<1,51	<1,08	<1,40

Notas: O grau de significância das variáveis independentes foi avaliado pelo Teste Wald, que se mostra favorável à sua aplicabilidade em níveis entre 1 e 10%. Já a ausência de multicolinearidade foi observada através do *Variance Inflation Factor* (VIF). Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1% e (5) significativo a 5%.

É possível observar que a centro-esquerda tende a ser recompensada pela melhoria da condição fiscal nos municípios. A cada variação de uma unidade no IFGF Geral, a razão de chance do partido ser reconduzido aumenta em 7.755%. Para as demais ideologias, não foi observada associação entre a condição fiscal refletida no IFGF e a probabilidade de recondução dos demais grupos partidários nos municípios.

Ainda é relevante destacar a posição negativa da Habilidade Orçamentária (-2,728) e a redução na razão de chance (-93,5%) de recondução eleitoral para o aumento de uma unidade no indicador da centro-esquerda. Apesar da relação estabelecida para o IFGF Geral, que é uma variável mais abrangentes da condição fiscal municipal, esse resultado destaca a tolerância dos eleitores de esquerda na geração de orçamentos deficitários.

A literatura em Ciclos Político-Orçamentários no Brasil já sinaliza a expansão da despesa pública em períodos de maior evidência política (Sakurai, 2005; Nakaguma & Bender, 2010; Sakurai & Menezes-Filho, 2011), sendo essa ação geralmente atrelada à tentativa de sinalização de competência ao eleitorado entre os partidos de esquerda (Alesina et al., 1993). Esse resultado não apenas segue essa tendência, como sinaliza que esse grupo pode contribuir nas discussões sobre conservadorismo fiscal e aceitabilidade de déficits orçamentários (Drazen & Eslava, 2005; Klein, 2010).

A centro-direita é valorizada em municípios com melhor capacidade de investimento, indicando que a variação de uma unidade nessa variável aumenta em 87,5% a razão de chance de permanência dos partidos no Poder Executivo. Como essa ideologia apresenta a menor capacidade média de investimento na análise das dimensões latentes (\bar{x} -0,215), aumentos de curto prazo podem estar sinalizando o oportunismo político-eleitoreiro atrelado à expansão nas áreas finalísticas (Sakurai & Menezes, 2008; Klein & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

Por fim, a habilidade de articulação refletida no alinhamento entre governos apresenta efeito positivo para a extrema-direita (314,3% mais chance), sugerindo que o apoio representado pelas transferências intergovernamentais favorece a chance de permanência da direita nas prefeituras.

Salienta-se que apesar da extrema-direita apresentar condição fiscal de destaque quando comparada às demais ideologias, nenhuma relação significativa entre a melhora fiscal das instituições e a permanência desse grupo foi observada.

Uma explicação que pode ajudar a compreender esse resultado é que os extremos englobam eleitores com preferências definidas sobre o comportamento ideológico dos partidos (Downs, 1999), pois espera-se que a direita tenha como prioridade o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas (Hibbs, 1992), condição primária para os votantes desse grupo.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Discutir a gestão fiscal municipal a partir da ideologia político-partidária constituiu o objetivo central desta pesquisa. Uma releitura da Teoria dos Ciclos Políticos foi desenvolvida com base na relação entre a atividade política e ideológica levando em consideração aspectos singulares da dinâmica política brasileira. A despeito da exposição dos municípios ao cenário socioeconômico e da baixa autonomia dessas instituições, é possível aceitar a hipótese de que os partidos, posicionados em diferentes espaços ao longo do continuum ideológico, se diferenciam entre si com base na gestão fiscal (H1), sendo essa uma ação relacionada à tentativa de representar diferentes grupos eleitorais (Downs, 1957, 1999).

Foi observado que os partidos posicionados mais à direita tendem a apresentar melhores condições fiscais em relação aos situados mais à esquerda. Esse resultado é perceptível para a condição fiscal geral, para a autonomia na geração de receitas e para a gestão do custo da dívida pública. A única ressalva a essa tendência é a capacidade da centro-esquerda gerir a estrutura de pessoal com base nas determinações normativas em relação à centro-direita, refletindo em menor rigidez orçamentária.

Outro aspecto que reforça a diferenciação ideológica na gestão fiscal é o desempenho sinalizado pelos partidos centro. Esse grupo apresenta melhor condição fiscal geral e uma gestão orçamentária que compromete menor volume de recursos com a estrutura de pessoal, além de maior capacidade de investimento em relação aos grupos situados mais à direita. Isso apesar da baixa autonomia desses municípios na obtenção de receitas próprias e do maior comprometimento de recursos com serviços de dívida.

Tais achados levam à confirmação da hipótese de que as ideologias político-partidárias de esquerda tendem a apresentar pior condição fiscal em relação as de direita (H1a), acomodando a tendência indicada na TCP. Um aspecto a ser ressaltado é que apesar dos partidos posicionados mais à esquerda apresentarem desempenho fiscal inferior à direita, a elaboração de orçamentos deficitários apresenta efeito positivo na recondução dos partidos de centro-esquerda, favorecendo o oportunismo sinalizado em Rogoff (1990) e a geração de ciclos através da execução da despesa pública com base nos Ciclos Político-Orçamentários.

Na análise dos resultados eleitorais, o centro e a centro-esquerda são as ideologias recompensadas pela melhora da estrutura fiscal dos municípios. Para a direita, esse processo não acontece, o que pode ser compreendido a partir das expectativas dos eleitores sobre as prioridades fiscais, já que a responsabilidade fiscal e orçamentária são premissas basilares na condução dos governos nesse grupo (Hibbs, 1977, 1992). Soma-se ainda a difícil responsabilização eleitoral no Brasil, marcado pelos estilos individuais de representação e pela personalização do voto (Rebello, 2015; Salles & Guarnieri, 2019), o que pode explicar o comportamento observado.

Finalmente, os achados sinalizam a possibilidade de desenvolver discussões consistentes sobre a gestão fiscal e orçamentária no contexto subnacional brasileiro a partir do diálogo entre a ideologia partidária e os Ciclos Político-Orçamentários. Ampliar essas investigações permite uma melhor compreensão sobre o comportamento fiscal dos partidos e as expectativas dos grupos elei-

torais sobre o desempenho observado, tópicos que podem continuar sendo explorados em pesquisas futuras.

6 CONCLUSÃO

Com base na articulação teórica e empírica mobilizada nesta pesquisa, é evidente que as ideologias político-partidárias influenciam de formas distintas a condição fiscal dos municípios brasileiros, com influências diversas nos resultados eleitorais. A partir disso, reconhecemos que as questões ideológicas são capazes de gerar contribuições significativas para as pesquisas que utilizam as premissas dos Ciclos Político-Orçamentários.

Em geral, as investigações tangenciando questões ideológicas na Teoria dos Ciclos Políticos são mobilizadas em ambientes bipartidários, com partidos disputando o eleitorado a partir de premissas ideológicas bem definidas. Esse cenário não se estende ao Brasil, que é marcado por um complexo multipartidarismo.

Assim, os achados dessa pesquisa colaboram com as investigações correlatas ao demonstrar que os partidos, com diferentes posições ideológicas, mobilizam de maneira heterogênea a estrutura fiscal dos entes, o que impacta nas premissas de manipulação dos gastos públicos e na utilização de assimetrias informacionais para a obtenção de vantagens eleitorais. Portanto, as pesquisas nos Ciclos Político-Orçamentários devem reconhecer que os partidos possuem prioridades distintas sobre a gestão fiscal no Brasil.

Desse modo, partidos posicionados mais à esquerda tendem a apresentar pior gestão fiscal quando comparados àqueles situados mais à direita, como prediz a literatura. Para os partidos de centro, os resultados são mais diversos, indicando que esse grupo se destaca em relação à direita em alguns aspectos, enquanto são menos promissores em outros. Na análise dos resultados eleitorais, sinalizamos que a centro-esquerda é recompensada nas urnas pela melhora fiscal e que os investimentos constituem uma categoria de gasto promissora para a centro-direita.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 651-678. DOI: <https://doi.org/10.2307/1884222>.
- Alesina, A. (1989). Politics and business cycles in industrial democracies. *Economy Policy*, 4(8), 55-98. DOI: <https://doi.org/10.2307/1344464>.
- Alesina, A. & Sachs, J. (1988). Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, 20(1), 63-82. DOI: <https://doi.org/10.2307/1992667>.
- Alesina, A., Cohen, G. D. & Roubini, N. (1993). Electoral business cycle in industrial democracies. *European Journal of Political Economy*, 9, 1-23. DOI: [https://doi.org/10.1016/0176-2680\(93\)90027-R](https://doi.org/10.1016/0176-2680(93)90027-R).
- Bartoluzzio, A. I. S. S. & Anjos, L. C. M. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>.
- Bartoluzzio, A. I. S. S., Martins, V. G., Queiroz, D. B., & Miranda, L. C. (2021). Qualidade dos gastos em educação e ciclos políticos: uma avaliação nos municípios da Paraíba. *Cadernos e Gestão Pública e Cidadania*, 26(83), 1-21. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n83.79829>.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R. & Maciel, A. P. B. (2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86-116. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n42p86>.

- Brender, A. & Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *The American Economic Review*, 98(5), 2203-2220. DOI: 10.1257/aer.98.5.2203.
- Carreirão, Y. S. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 255-295. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141410>.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Downs, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia* (1a ed). Editora da Universidade de São Paulo.
- Drazen, A. & Eslava, M. (2005). Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. *NBER Working Paper 11085*. DOI 10.3386/w11085.
- Drazen, A. & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92, 39-52. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2009.01.001>.
- Eslava, M. (2005). Political budget cycles or voters as fiscal conservatives? Evidence from Colombia. *Universidad de Los Andes*, 2005.
- Gama Neto, R. B. (2019). Resultado primário e ciclo político-eleitoral nos estados brasileiros (1987-2010). *Dados*, 62(2), 1-32. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019180>.
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2017). Ideology and redistribution through public spending. *European Journal of Political Economy*, 46, 74-90. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.11.002>.
- Hibbs Jr., D. (1977). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 71(4), 1467-1487. DOI: <https://doi.org/10.2307/1961490>.
- Hibbs Jr., D. (1992). Partisan theory after fifteen years. *European Journal of Political Economy*, 8(3), 361-373. DOI: [https://doi.org/10.1016/0176-2680\(92\)90001-W](https://doi.org/10.1016/0176-2680(92)90001-W).
- IFGF. (2016). Índice Firjan de Gestão Fiscal: ano base 2016. Recuperado de: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.
- Jorge, V. L., Faria, A. M. T. & Silva, M. G. (2020). Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 33, 1-44. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.227686>.
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283-337.
- Klein, F. A. & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>.
- Magkonis, G., Zekente, K. M. & Logothetis, V. (2021). Does the left spend more? An econometric survey of partisan politics. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/obes.12426>
- Manjhi, G. & Mehra, M. K. (2019). Dynamics of political budget cycles. *Italian Economic Journal*, 5, 135-158. DOI: 10.1007/s40797-019-00084-1.
- Nakaguma M. Y. & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), 3-24.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. DOI: <https://doi.org/10.2307/2296528>.
- Power, J. T. & Zucco Jr., C. (2009). Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218-246. DOI: <https://doi.org/10.1353/lar.0.0072>.
- Power, J. T. & Zucco Jr., C. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: the brazilian legislative surveys, 1990-2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1-27. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x>.

- Power, J. T. & Rodrigues-Silveira, R. (2019). Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. *Brazilian Political Science Review*, 13(1), 1-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201900010001>.
- Queiroz, D. B. (2015). *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros* (Tese de Doutorado). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB e UFRB. Rio Grande do Norte, Brasil.
- Rebello, M. M. (2015). A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 69-90. DOI: 10.1590/1678-987315235405.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-26.
- Rogoff, K. & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Sakurai, S. N. (2005). Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos*, 35(2), 297-315. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000200003>.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período de 1990-2002 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39(1), 39-58. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>.
- Sakurai, S. N. & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148, 233-247. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9654-1>.
- Sakurai, S. N. & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137, 301-314.
- Salles, N. & Guarnieri, F. (2019). Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. *Revista de Sociologia e Política*, 27(72), 1-22. DOI 10.1590/1678-987319277201.
- Shi, M. & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90, 1367-1389. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>.
- Silva, D. et al. (2013). Downs vence mais uma vez? Posicionamento ideológico-partidário nas eleições de 2012. *Revista Política Hoje*, 22(1), 206-249.
- Strom, K. (1990). A behavioral theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science*, 34(2), 565-598. DOI: <https://doi.org/10.2307/2111461>.
- Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2013a). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165. DOI: 10.1590/S0104-44782013000100011.
- Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2013b). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), 93-114. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38573>.
- Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, 15(1), 24-39. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.18077>.
- Tarouco, G. S., Vieira, S. & Madeira, R. M. (2015). Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Revista Política Hoje*, 24(2), 135-150.
- Tellier, G. (2006). Public expenditures in Canadian provinces: an empirical study of politico-economic interactions. *Public Choice*, 126(3/4), 367-385. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007%2Fs11127-006-2455-x>.

- Vicente, E. F. R. & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 102-126. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>.
- Wooldridge, J. M. (2020) *Introductory econometrics: a modern approach* (7a ed). Cengage Learnin.

Apêndice I. Classificação ideológica dos partidos políticos.

Partido	Escore Ideológico 2008	Classificação	Escore Ideológico 2012	Classificação	Escore Ideológico 2019	Classificação
DEM	0,682	ED	0,818	ED	0,760	ED
NOVO	-	-	-	-	0,760	ED
PAN	-	-	-	-	-	-
PC do B	-0,696	EE	-0,706	EE	-0,686	EE
PCB	-0,922	EE	-0,928	EE	-0,843	EE
PCO	-0,922	EE	-0,928	EE	-0,843	EE
PDT	-0,335	CE	-0,303	CE	-0,360	CE
PEN	-	-	0,394	CD	0,346	CD
PFL	-	-	-	-	-	-
PHS	-0,393	CE	-0,349	CE	-0,489	CE
PL	-	-	-	-	-	-
PMB	-	-	-	-	0,346	CD
PMDB	0,098	C	0,209	CD	0,416	CD
PMN	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PP	0,573	CD	0,636	ED	0,600	ED
PPL	-	-	0,394	CD	0,346	CD
PPS	-0,150	C	-0,185	C	-0,089	C
PR	0,370	CD	0,436	CD	0,463	CD
PRB	0,344	CD	0,394	CD	0,453	CD
PRONA	-	-	-	-	-	-
PROS	-	-	-	-	0,053	C
PRP	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PRTB	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PSB	-0,451	CE	-0,395	CE	-0,129	C
PSC	0,344	CD	0,394	CD	0,566	CD
PSD	-	-	0,399	CD	0,425	CD
PSDB	0,129	C	0,250	CD	0,505	CD
PSDC	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PSL	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PSOL	-0,922	EE	-0,928	EE	-0,843	EE
PSTU	-0,922	EE	-0,928	EE	-0,843	EE
PT	-0,497	CE	-0,498	CE	-0,619	EE
PT do B	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PTB	0,319	CD	0,352	CD	0,230	CD
PTC	0,344	CD	0,394	CD	0,346	CD
PTN	0,344	CD	0,394	CD	0,299	CD
PV	-0,223	CE	-0,198	C	-0,031	C
REDE	-	-	-	-	-0,507	CE
SD	-	-	-	-	0,191	C

Nota: O apêndice evidencia a classificação ideológica dos partidos em cada um dos anos eleitorais (2008, 2012 e 2016) entre os dois ciclos políticos analisados, conforme classificação proposta por Power e Rodrigues-Silveira (2019) e categorização indicada por Bolognesi et al. (2019). Ressalta-se a contribuição desse mapea-

mento por considerar a dinamicidade ideológica dos partidos entre os ciclos, uma vez que podem transitar no continuum ideológico elaborado na Figura 2. Por fim, as informações grifadas indicam que o partido analisado foi eleito em pelo menos um município entre aqueles que compõem a amostra.